



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DIRETORA DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL
DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS/TCE-MG**

DANIEL RODRIGUES UCHÔA, já qualificado nos autos, por sua advogada *in fine* assinada, vem respeitosamente à presença de V.S.^a apresentar a sua **DEFESA**, nos termos que se segue:

BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar em face do Indiciado Daniel Rodrigues Uchôa para apurar possível infração aos artigos 216,217,246,249 e 250 da Lei Estadual nº 869/1952, por ter, em tese, cometido irregularidades na gestão financeira e administrativa da Caixa Escolar Vitor Rodrigues Lopes, da Escola Estadual Maria Rosa Nunes, no período de 2013 a 2015, ocasionando potencial danos ao erário estimado em R\$ 106.317,40 (cento e seis mil trezentos e dezessete reais e quarenta centavos) e fatos correlatos.

Devidamente intimado em 11/10/2019, o Indiciado apresentou tempestivamente as provas a serem produzidas, bem como apresentou o rol de testemunhas.

Foram juntados os seguintes documentos: Relatório de Termos de Compromissos que se encontravam em diligência e que foram devidamente regularizados na gestão do Indiciado; **EXTRATOS BANCÁRIOS DE OUTUBRO DE 2013 A JANEIRO DE 2016**, comprovando o Indiciado não ter



se apropriado indevidamente de quaisquer valores público; atas de reuniões do Colegiado, comprovando que o gestor atualizava constantemente os membros do Colegiado quanto a situação financeira da Caixa Escolar e a **EXISTÊNCIA DE DÍVIDAS/PENDÊNCIAS DA GESTÃO ANTERIOR**; Notas Fiscais da construção do muro da Escola Estadual Maria Rosa Nunes e Notas Fiscais de dívidas geradas pela gestão anterior, pagas pelo Indiciado.

Designada audiência de instrução, devidamente intimado o Indiciado, foram ouvidas 03 (três testemunhas) arroladas pela Acusação, na data de 23/10/2019.

As testemunhas arroladas pela Defesa foram ouvidas em 06/11/2019.

Decorrida a instrução, aberto prazo para apresentação de alegações finais.

Em que pese os fundamentos da Acusação, **PODE-SE AFIRMAR VEEMENTE QUE NÃO HOUVE COMETIMENTO DE ILÍCITO ADMINISTRATIVO PELO INDICIADO**, senão, vejamos.

PRELIMINARMENTE

DA NULIDADE DO DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA ARROLADA PELA ACUSAÇÃO SRA. ILDA DA SILVA BORGES OLIVEIRA

Sra. Diretora, o depoimento da sra. Ilda da Silva Borges deverá ser declarado nulo.

Ficou evidente que a Sra. Ilda faltou com a verdade em seu depoimento, quando proferiu diversas acusações contra o então gestor, o Indiciado Daniel, fatos que sequer possuem comprovação documental.

O fato de ter faltado com a verdade em seu depoimento só se justifica pelo motivo de ser **AMIGA ÍNTIMA** e **COMADRE** da atual gestora da Escola Estadual Maria Rosa Nunes, Sra. Fátima Ferreira Costa de Melo, inimiga declarada do Indiciado, que inclusive, foi quem realizou denúncia no Ministério

Pça Artur Bernardes, 240, Sl.15 – Centro – Januária – Minas Gerais.

CEP – 39480-000 – telefone 38 – 99905-3717

E-mail: deborahuchoa01@gmail.com



Público Federal contra o Indiciado, estando o mesmo respondendo processo criminal totalmente injusto.

Sra. Diretora, é evidente o conluio ocorrido para que o Indiciado fosse taxado de infrator e mal gestor, mas, além de tudo, a Sra. Ilda cometeu crime de falso testemunho, pelo qual, requer que as devidas providencias sejam tomadas.

Observe o seguinte trecho do depoimento que confirma a existência da relação íntima entre as testemunhas arroladas pela acusação, Sras. Ilda e Fátima, esta última sequer pode depor, **POR SER DECLARADA TOTALMENTE SUSPEITA, NOS TERMOS DA LEI.**

“...Que Ilda e Fátima são amigas e comadres...” (Depoimento da Sra. Divânia Gonçalves de Souza).

Importante constar que foi perguntado ao Sr. Edvaldo, informante da defesa quanto a amizade existente entre as Sras. Ilda e Fátima, porém, tal perguntada foi rejeitada pela Comissão Apuradora, sem nenhuma razão plausível.

É mister trazer aos autos, ainda, que a amizade existente entre a depoente e atual gestora, algoz do Indiciado e evidente suspeição da Sra. Ilda para depor foi confessado pela mesma em seu depoimento, quando deixa Claro que obedecia à ordens da Sra. Fátima em funções que não lhe pertenciam, inclusive, foi a própria Sra. Ilda que compareceu ao banco para obter as microfilmagens dos cheques emitidos pelo Indiciado, a mando da Sra Fátima, vejamos:

“...que a pedido da diretora Fátima pegava microfilmagem de cheques no Banco; (...) que não tinha função na Caixa Escolar..” (Depoimento de Ilda da Silva Borges)

Ora, como a depoente justifica o fato de que um servidor que não possui tal função e ainda assim a realiza por pedido pessoal de outrem?



Tal ação só possui uma justificativa: Conluio entre comadres contra o Indiciado.

Portanto, reconhecida a SUSPEIÇÃO da Sra. Ilda, o depoimento prestado perante a Comissão deve ser declarado totalmente NULO.

Este também o entendimento unânime dos Tribunais Brasileiros:

TJ-MG - Apelação Criminal APR 10702140350886001 MG (TJ-MG)

Jurisprudência • Data de publicação: 19/12/2017

EMENTA

. - Comprovado que o agente, chamado a depor na condição de **testemunha** comprometida, **mentiu** em **juízo**, negando a ocorrência de fato juridicamente relevante ao processo penal, com plena ciência acerca do seu comportamento de faltar com a verdade, ou de omiti-la, prejudicando a correta distribuição da justiça, configurado está o delito previsto no artigo 342, § 1º, do Código Penal - Ausentes nos autos elementos mínimos acerca da alegada coação moral irresistível, ou da inexigibilidade de conduta diversa, no tocante ao falso testemunho, não há como acolher a tese de exclusão de culpabilidade - A punição mais rigorosa, prevista na hipótese do § 1º do artigo 342, do Código Penal, se justifica - nos termos da lei penal - pelos valores de que cogita o processo penal, envolvendo o ius libertatis e o poder punitivo estatal, e a exigência da ordem jurídica de que sejam punidos os culpados e absolvidos os inocentes.

TRT-5 - Recurso Ordinário RecOrd 00011047820115050195 BA 0001104-78.2011.5.05.0195 (TRT-5)

Jurisprudência • Data de publicação: 31/10/2012

EMENTA

SENTENÇA PROFERIDA COM BASE EM **DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA SUSPEITA**. Restando demonstrado nos autos que há nítida troca de favores entre o Reclamante e a sua **testemunha**, porquanto comprovado que esta, em processo movido contra a mesma Demandada, arrolou o Autor como sua **testemunha**, imperiosa a reforma da sentença proferida com base em tal **depoimento**.

DA INEXISTÊNCIA DO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS



O Indiciado foi acusado de infringir o que preceitua o artigo 216, incisos V e VI que diz:

Art. 216. São deveres do funcionário: I - assiduidade; II - pontualidade; III - discrição; IV - urbanidade; **V - LEALDADE ÀS INSTITUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS A QUE SERVIR;** **VI - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES;** VII - obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VIII - levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo; IX - zelar pela economia e conservação do material que lhe foi confiado; X - providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual a sua declaração de família; XI - atender prontamente: a) às requisições para a defesa da Fazenda Pública; b) à expedição das certidões requeridas para a defesa de direito.

Ora, Sra. Diretora em momento algum restou comprovado que o Indiciado faltou com lealdade à instituição administrativa a que servia, muito pelo contrário, sempre fez o que pode para que houvesse o pleno funcionamento da Escola Estadual Maria Rosa Nunes, e assim o fez. Pode-se afirmar que em sua gestão nada faltou para os alunos nem para os professores, aqui estamos falando de merenda escolar, material didático, internet, material de limpeza, gás de cozinha, etc.

Podemos comprovar tal afirmação por meio dos seguintes depoimentos:

“.... Que não teve conhecimento da falta de merenda escolar e materiais básicos na Escola; (...) que não houve falta de merenda; que enquanto esteve professor na Escola não presenciou qualquer situação de aluno chorar com fome ou passando mal; (...) que antes da gestão de Daniel a internet era fornecida pela Rural Web, faltava acesso para os professores, com a gestão de Daniel o problema foi resolvido com a contratação de outra empresa Uaicom da Chapada Gaúcha...”
(Depoimento do Sr. Edvaldo Pereira Santos)



“... Que não presenciou a falta de material escolar e merenda na Escola; (...) que não presenciou o fato de aluno chorar ou passar mal por falta de merenda escolar; (...) que quando atuou na Escola não presenciou a reclamação de pais quanto a falta de merenda; (...) que enquanto professor avalia a gestão de Daniel, não tendo nada a reclamar, foi igual a gestão dos outros; (...) que não tem nada a questionar a gestão de Daniel, foi um ótimo profissional...” (Depoimento de Ronivon Barbosa Ribeiro)

“... Que na gestão de Daniel não faltava material, merenda e internet; (...) que não teve conhecimento, não presenciou em sala de aula o fato de aluno passar mal por falta de merenda escolar (...) que na gestão de Daniel não faltava material pedagógico, merenda, gás e internet; (...) que como professora avalia a gestão de Daniel como boa; que a comunidade escolar também avalia como positiva a gestão de Daniel, pois gostam dele..” (Depoimento de Divânia Gonçalves de Souza)

“... que não presenciou situações em que os alunos tivessem passado mal por falta de merenda; (...) que o período que esteve na Escola não via nada de anormal na gestão de Daniel; (...) que não ouvia da comunidade escolar reclamações quanto a gestão de Daniel; (...) que os computadores da Escola tinham acesso à internet; que quando solicitava o material à direção, e não tendo na Escola, era providenciado na semana seguinte; (...) que enquanto especialista, não notou nenhuma irregularidade na gestão de Daniel; (...) que nos dois meses que esteve na escola, as coisas andavam bem...” (Depoimento do ESPECIALISTA Azélio Rodrigues da Silva).

Vale ressaltar, ainda, que o Indiciado realmente cumpriu o inciso V do artigo 216, da Lei 869/52, tanto que suas notas na Avaliação de Desempenho foram excelentes, tendo obtido conceito “A” EM TODAS AS METAS PROPOSTAS PELO ORGÃO, INCLUSIVE A META DE ITEM 4 “MANTER A CAIZA ESCOLAR SEM PENDÊNCIAS”.



NOS CRITÉRIOS, ESPECIFICAMENTE NO III, QUANTO À COMPROMISSOS PROFISSIONAL E INSTITUCIONAL SUA NOTA FOI ALÉM DA MÉDIA, COMO UM SERVIDOR DESTE NÃO FOI LEAL À SUA INSTITUIÇÃO?????

A avaliação de desempenho supramencionada segue em anexo.

No que tange à observância das normas legais e regulamentares por parte do gestor, o fato entra em uma seara bastante delicada.

É sabido e comprovado que ao assumir a escola em uma transição bastante conturbada pelo fato do afastamento do diretor Leonardo Francisco da Silva para cuidar de assuntos pessoais, o Indiciado, que até então nunca tinha tido acesso ou qualquer conhecimento sobre Caixa Escolar aceitou o múnus de gestor com a única finalidade de tentar tirar a escola da situação lamentável em que se encontrava.

NUNCA FOI OFERECIDO PELA SRE-JANUÁRIA QUALQUER FORMAÇÃO BÁSICA SOBRE COMO LIDAR COM A CAIXA ESCOLAR.

ADEMAIS, É POSSÍVEL CONTAR NOS DEDOS O APOIO TÉCNICO QUE O INDICIADO RECEBEU, PORQUE RARAS ERAM AS VEZES EM QUE HAVIA A PRESENÇA DE UM INSPETOR NA ESCOLA.

UM FATO: A ESCOLA DA ZONA RURAL É FREQUENTEMENTE DEIXADA DE LADO PELO ESTADO?

OUTRO FATO: ERRA O GESTOR SOZINHO QUANDO ELE SEQUER É ORIENTADO SOBRE O QUE FAZER?

Vejamos nos depoimentos a seguir a comprovação da falta de suporte técnico pelo Órgão Competente ao Indiciado:

“...que enquanto Presidente da Caixa Escolar não tinha conhecimento de todas as suas atribuições, principalmente na questão financeira; que

Pça Artur Bernardes, 240, Sl.15 – Centro – Januária – Minas Gerais.

CEP – 39480-000 – telefone 38 – 99905-3717

E-mail: deborahuchoa01@gmail.com



ao assumir a presidência da Caixa Escolar demandou tempo para apropriar de todas as orientações quanto ao aspecto financeiro, considerando a parte burocrática junto ao banco, TROCAS SUCESSIVAS DE INSPETORES (GRIFO NOSSO), POUCO CONHECIMENTO QUANTO AO RECURSO FINACEIRO, e que de fato assumiu a presidência da Caixa Escolar decorrido dois meses (...) que a gestão anterior deixou pagamentos a serem feitos; que após assumir de fato a presidência da Caixa Escolar foi procurado por várias empresas para regularização de pendências financeiras, exigindo o pagamento em espécie, por já terem emitidos Notas Fiscais; QUE PROCUROU O TÉCNICO PAULO SÉRGIO DA SRE DE JANUÁRIA, OTENDO COMO RESPOSTA QUE TERIA DE RESOLVER O PROBLEMA DE PAGAMENTO E QUE NÃO TEVE ORIENTAÇÃO DE NENHUM INSPETOR QUE ATENDEU A ESCOLA Á EPOCA. (GRIFO NOSSO) (DEPOIMENTO DO INDICIADO DANIEL RODRIGUES UCHÔA)

“...que nunca houve capacitação para o diretor Daniel; que durante a gestão de Daniel nunca viu a presença de Inspetor, ou visita técnica na Escola nos dias em que estava na Escola...” (Depoimento da testemunha Edvaldo Pereira)

“...que quando trabalhou na E. E. Maria Rosa Nunes não presenciou a visita de representantes da Superintendência na Escola...” (Depoimento de Ronivon Barbosa)

“....Que não lembra se foi dada a Daniel alguma capacitação sobre Caixa Escolar; que praticamente não ia ninguém da Superintendência para dar suporte técnico à Escola..” (Depoimento de Divânia Gonçalves)

“... que no período em que esteve na Escola não presenciou nenhuma capacitação oferecida ao Diretor Daniel na gestão da Caixa Escolar; que não presenciou nenhuma visita técnica por parte da Superintendência para dar suporte à Escola.



Até a própria testemunha da Acusação confirma não ter havido nenhum suporte técnico por parte do Órgão Competente:

“... que quando assumiu a gestão juntamente com Daniel não se recorda de ter havido alguma capacitação financeira (...) que recorda de umas duas visitas do Inspetor Escolar...” (Depoimento de Ilda da Silva Borges)

Suponhamos que a Sra. Ilda tenha acertado as contas das visitas técnicas ocorridas na Escola Estadual Maria Rosa Nunes. Será que 02 (duas) visitas em mais de 03 anos foi o suficiente para que o gestor pudesse obter toda a formação necessária em gerir os recursos da Caixa Escolar?

Onde estão os termos de visitas? Elas realmente ocorreram?

Quando o Indiciado assumiu a gestão da Escola Estadual Maria Rosa Nunes, a Caixa Escolar se encontrava com dívidas das gestões anteriores, e os fornecedores não estavam mais aceitando pagamento em cheque. Exigiram pagamento em espécie por parte do Indiciado.

Para que a Escola pudesse seguir seu funcionamento regular, o Indiciado, que até então lidava com sua primeira Caixa Escolar, sem experiência e sem curso de formação técnica oferecido, tomou a decisão que achou correta para o bem da Comunidade Escolar.

Ao emitir cheques em nome de sua esposa Maria Divina Pereira Santos, o único objetivo que desejava alcançar e assim foi feito era a quitação das dívidas da Caixa Escolar.

NÃO EXISTIU COMETIMENTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA UMA VEZ QUE O INDICIADO SEGUIU TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PARA REALIZAÇÃO DE UM ATO ADMINISTRATIVO.



Os requisitos dos atos administrativos são: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

Competência: Para a prática do ato administrativo a competência é a condição primeira de sua validade. Nenhum ato - discricionário ou vinculado - pode ser realizado validamente sem que o agente disponha de poder legal para praticá-lo. Entende-se por competência administrativa o poder atribuído ao agente da Administração para o desempenho específico de suas funções. A competência resulta da lei e por ela é delimitada.

A **finalidade** a ser buscada por um agente público, quando pratica um ato administrativo é aquela que a lei indica explícita ou implicitamente; não cabe ao administrador escolher outra, ou substituir a indicada na norma administrativa. **Destarte, o ato administrativo deve ter por finalidade sempre o interesse público.** Não se compreende ato administrativo sem fim público. A finalidade é, assim, elemento vinculado de todo ato administrativo - discricionário ou regado - porque o Direito Positivo não admite ato administrativo sem finalidade pública ou desviado de sua finalidade específica.

Forma: É o revestimento exteriorizador do ato administrativo, a vontade da administração exige procedimentos especiais, formal e legal. Todo ato administrativo, é, em princípio, formal; e compreende-se essa exigência, pela necessidade que ele tem de ser contrastado com a lei e aferido, pela própria Administração, ou pelo Judiciário, para verificação de sua validade.

O **motivo** ou causa é a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo. O motivo, como elemento integrante da perfeição do ato, pode vir expresso em lei como pode ser deixado ao critério do administrador.

Por fim, quanto ao seu **objeto** os atos administrativos podem ser atos de império, de gestão e de expediente, variando em cada caso.



Observe sra. Diretora que o ato administrativo realizado pelo Indiciado ao emitir os cheques nominais a sua esposa com a finalidade de saque para pagamento de dívidas da Caixa Escolar é reconhecido pela Lei.

No entanto, a forma utilizada pelo Indiciado, torna o ato realizado defeituoso. Em momento algum estamos tratando de uma infração administrativa, e sim de um ato administrativo imperfeito.

Não existem comprovação nos autos de que o dinheiro sacado pela esposa do Indiciado tenha tido outro destino senão o pagamento de dívidas da Caixa Escolar.

Por outro lado, o Indiciado demonstra uma conta bancária sem fortunas (já anexado aos autos), somente auferindo o seu salário, bem como sua evolução patrimonial está se dando de forma lenta: possui uma casa simples na roça e uma motocicleta para se locomover ao trabalho.

Portanto, Presidente, não se pode incutir ao Indiciado o descumprimento de normas legais e regulamentares, quando estas sequer foram apresentadas ao mesmo, mas, ainda assim, agiu o Indiciado em sua gestão atendendo à todos os princípios que determinam a realização de um ato administrativo.

O Indiciado foi Acusado Art. 217. Ao funcionário é proibido: I - referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço; II - retirar sem prévia autorização competente qualquer documento ou objeto da repartição; III - promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição; **IV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função**; V - coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza partidária; VI - participar de gerência ou administração de empresa comercial ou industrial, salvo os casos expressos em lei; VII - exercer comércio ou participar de



sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou mandatário; VIII - praticar a usura em qualquer de suas formas; IX - pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos e vantagens de parentes até segundo grau; X - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.

Está devidamente comprovado nos autos que o Indiciado não se apropriou de nenhum valor público para si.

O Indiciado foi acusado, ainda, de infringir o que reza os incisos I e III do artigo 246 da Lei Estadual 869/52, vejamos:

Art. 246 - A pena de suspensão será aplicada em casos de: **I - FALTA GRAVE**; II - Recusa do funcionário em submeter-se à inspeção médica quando necessária; III - **DESRESPEITO ÀS PROIBIÇÕES CONSIGNADAS NESTE ESTATUTO**; IV - Reincidência em falta já punida com repreensão; V - Recebimento doloso e indevido de vencimento, ou remuneração ou vantagens; VI - Requisição irregular de transporte; VII - Concessão de laudo médico gracioso. § 1º - A pena de suspensão não poderá exceder de noventa dias. § 2º - O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

O Indiciado reitera sua conduta ilibada durante a gestão da Caixa Escolar. Não existem nos autos prova em contrário.

O Indiciado foi acusado, também, de infringir o que reza o inciso III do artigo 249 da Lei Estadual 869/52, vejamos:

Art. 249 - A pena de demissão será aplicada ao servidor que: I - acumular, ilegalmente, cargos, funções ou cargos com funções; II - incorrer em abandono de cargo ou função pública pelo não comparecimento ao serviço sem causa justificada por mais de trinta dias consecutivos ou mais de noventa dias não consecutivos em um ano; **III - APLICAR INDEVIDAMENTE**

Pça Artur Bernardes, 240, Sl.15 – Centro – Januária – Minas Gerais.

CEP – 39480-000 – telefone 38 – 99905-3717

E-mail: deborahuchoa01@gmail.com



DINHEIROS PÚBLICOS; IV - exercer a advocacia administrativa; V - receber em avaliação periódica de desempenho: a) dois conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório; b) três conceitos interpolados de desempenho insatisfatório em cinco avaliações consecutivas; ou c) quatro conceitos interpolados de desempenho insatisfatório em dez avaliações consecutivas. Parágrafo único. Receberá conceito de desempenho insatisfatório o servidor cuja avaliação total, considerados todos os critérios de julgamento aplicáveis em cada caso, seja inferior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima admitida.

Sra. Diretora, **NÃO EXISTEM NOS AUTOS PROVAS DE QUE O INDICIADO TENHA APLICADO INDEVIDAMENTE DINHEIRO PÚBLICO.**

O Indiciado continua a mesma pessoa pobre financeiramente de quando assumiu a gestão da Escola estadual Maria Rosa Nunes, sequer possui grandes fortunas, bens acumulados e vida de ostentação.

Se a escola continuou funcionando normalmente durante sua gestão, significa que os recursos públicos estavam sendo revertido para a própria escola sim e não existe prova em contrário. A escola tinha merenda, materiais de limpeza, materiais pedagógicos, internet, bem como todo o fornecimento de serviços foram reestabelecidos após a quitação dos débitos anteriores, realizados pelo Indiciado.

Com que dinheiro a Escola estaria funcionando se não fosse das próprias verbas públicas?

Não existem registros formais de reclamação de algum membro da comunidade escolar quanto a ausência da merenda na Escola, muito menos de que alguma criança tenha passado mal por falta de comida.

Desta maneira, a alegação vazia de que o Indiciado tenha aplicado indevidamente dinheiro público não merece prosperar, ante a ausência de



provas, tendo em contraprova depoimentos que relatam uma escola em pleno funcionamento normal.

Foi ainda o Indiciado acusado de cometer as infrações esculpidas no artigo 250, incisos II e V da Lei 869/52:

Art. 250 - Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço ao funcionário que: I - for convencido de incontinência pública e escandalosa, de vício de jogos proibidos e de embriaguez habitual; **II - PRATICAR CRIME CONTRA A BOA ORDEM E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A FAZENDA ESTADUAL;** III - revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função, desde que o faça dolosamente e com prejuízo para o Estado ou particulares; IV - praticar, em serviço, ofensas físicas contra funcionários ou particulares, salvo se em legítima defesa; **V - LESAR OS COFRES PÚBLICOS OU DELAPIDAR O PATRIMÔNIO DO ESTADO;** VI - receber ou solicitar propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie. (Vide § 1º do art. 4º e art. 29 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)

Sra. Diretora, como dito alhures, o Indiciado não cometeu nenhum crime.

Não houve lesão aos cofres públicos, pois o dinheiro público foi revertido na própria Escola, prova disso foi seu andamento regular.

Além do mais, as testemunhas confirmam que o Indiciado não se apropriou nenhum valor, não existem provas de desvio de valores:

“...que acredita que Daniel, Marly e Divina não utilizaram dos recursos em proveito próprio, pelas condições em que se encontram hoje...”
(Depoimento de Edvaldo Pereira)

“... Que não acredita que Daniel, Marly e Maria Divina tenham apropriado dos valores dos cheques emitidos nominal a Maria Divina; que nessa época não viu Daniel, Marly e Maria Divina esbanjando dinheiro...”
(Depoimento de Divânia Gonçalves de Souza)



“...que não tem conhecimento que o diretor Daniel tenha se apropriado de recursos oriundos da Caixa Escolar, que no período que ele esteve na escola não havia nada de anormal na gestão de Daniel (...) que não tem conhecimento que Daniel e Maria Divina utilizaram recurso da Caixa Escolar em proveito próprio...” (Depoimento de Azélio Rodrigues da Silva”

DO PEDIDO

Sra. Presidente, tendo em vista que no decorrer da instrução não foram comprovados o cometimento de infrações administrativas pelo Indiciado, a medida de REVISÃO da decisão do P.A.D é a medida que se impõe.

Caso esse não seja o entendimento de Vossa Senhoria, requer que a pena atribuída ao Indiciado seja apenas uma advertência, pelo fato de ter usado forma diversa da prescrita em Lei para realização de ato administrativo de pagamentos da Caixa Escolar.

Termos em que,

Pede deferimento.

Januária/MG, 20 de fevereiro de 2022.

DÉBORAH MARIA UCHÔA SANTANA

OAB/MG 148.933